

A SITUAÇÃO DE GRUPOS VULNERÁVEIS E AS PRINCIPAIS ATUAÇÕES DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL

THE SITUATION OF VULNERABLE GROUPS AND THE MAIN ACTIONS OF HUMAN RIGHTS DEFENDERS DURING THE COVID-19 PANDEMIC IN BRAZIL

Yhasmin Monteiro*

Bruna Sueko Higa de Almeida**

RESUMO

O presente artigo expõe a intensificação da vulnerabilidade de minorias sociais e analisa a atuação de organizações da sociedade civil e defensoras e defensores de direitos humanos durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. Enfoca-se esta análise em quatro grupos sociais: os povos indígenas, a população carcerária, as mulheres e os migrantes e refugiados. A metodologia de pesquisa incluiu, como fonte de informação, os relatórios de organizações sociais, as notícias sobre situações de extrema violação de direitos humanos amplamente divulgadas, e os projetos de lei e políticas do governo brasileiro notoriamente discriminatórias, evidenciadas por discursos políticos reacionários e preconceituosos, que expõem como os direitos de grupos já vulneráveis foram ainda mais ameaçados. Os dados foram coletados através da busca por termos como “grupos vulneráveis”, “minorias sociais”, e “defensores de direitos humanos” associados aos termos de “pandemia” e “emergência de saúde pública” principalmente em plataformas de busca das organizações internacionais e organizações não governamentais. A análise dos dados atuais comparados aos do período pré-pandêmico evidencia como a pandemia foi utilizada, institucionalmente, para aplicação de estratégias de governo para mitigar ainda mais os direitos dessas minorias sociais. Demonstra-se, por fim, como a atuação de entidades e organizações protetoras de direitos humanos se mostrou primordial na manutenção da luta pelos direitos destes, já tão reprimidos, grupos sociais.

PALAVRAS-CHAVE

Minorias Sociais – Violações de Direitos Humanos – Pandemia da COVID-19.

SUMÁRIO

1. Considerações iniciais: o panorama geral da relação entre Covid-19 e os Direitos Humanos. 2. Povos indígenas: o impacto da Covid-19 e a atuação de defensores de direitos humanos em prol de seus direitos. 3. População

ABSTRACT

This paper exposes the increase of minority groups' vulnerability during the COVID-19 pandemics in Brazil. It also analyses the rolling of the Brazilian civil society organizations and human rights defenders in the course of the pandemic. This research will focus on four minority groups: indigenous peoples, prison population, women and migrants and refugees. The research methodology includes the analysis of civil organizations reports, the review of news on human rights violations widely divulged, and the analysis of notoriously discriminatory Brazilian government's bills and policies, evidenced by extremists and prejudicial political speeches. It will be exposed how the already vulnerable groups had their rights even more threatened. Data were collected by searching for terms such as “vulnerable groups”, “social minorities”, and “human rights defenders” associated with the terms “pandemic” and “public health emergency” mainly in search platforms of international organizations and non-governmental organizations. The analysis of the data compared to the pre-pandemic period highlights how the pandemic's condition was used by the government to apply strategies aiming to diminish these minority groups' rights. Finally, it will be shown how human rights protectors entities and civil organizations' activities were extremely important to fight for the rights of these vulnerable groups.

KEYWORDS

Minority Groups – Human Rights Violations – COVID-19 pandemic.

*Graduanda em Direito pela Universidade de São Paulo e pela Université de Jean Monnet, por meio de programa de dupla graduação em direito. Pesquisadora em Direito Internacional Público.

**Pós-graduanda em Direitos Humanos pela Faculdade CERS. Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora em Direito Internacional dos Direitos Humanos.

carcerária: o impacto da Covid-19 e a atuação de defensores de direitos humanos em prol de seus direitos. 4. Violência de gênero: o impacto da Covid-19 e a atuação de defensores de direitos humanos durante a pandemia. 5. Migrantes e refugiados: o impacto da Covid-19 e a atuação de defensores de direitos humanos em prol de seus direitos. Considerações finais. Referências.

REFERÊNCIA: MONTEIRO, Yhasmin; DE ALMEIDA, Bruna Sueko Higa. A situação de grupos vulneráveis e as principais atuações de defensores de direitos humanos durante a pandemia da Covid-19 no Brasil. *Res Severa Verum Gaudium*, v. 6, n. 1, Porto Alegre, p. 226-257, jun. 2021.

INTRODUÇÃO

No início da pandemia de COVID-19, era comum o entendimento que o vírus era democrático, já que poderia atingir qualquer cidadão, fosse ele das classes mais abastadas ou das mais pobres (e.g. ZIZEK, 2020, p.25). Todavia, com o tempo, foi possível constatar que o vírus não atinge a todos de forma igual, pois, com ele, as já existentes desigualdades sociais, raciais e étnicas foram não apenas escancaradas, como, também, intensificadas, com o agravamento da situação de vulnerabilidade das minorias sociais, contrariamente ao mandamento legal disposto no artigo 5º da Carta Magna Brasileira.¹ (COSTA et al. 2020, p. 2-3).

O fracasso do Brasil em enfrentar a pandemia adequadamente revela a falência de um modelo social, econômico e de bem-estar social, incapaz de proteger os direitos humanos e garantir o acesso aos serviços essenciais à parcela mais vulnerável da população, correspondente àquela com menores rendimentos e com baixos indicadores sociais. Assim, são exemplos dos grupos com maior vulnerabilidade à doença, em razão das desigualdades estruturais e da ausência de políticas sociais sólidas e permanentes: a população de rua, a população encarcerada, os profissionais informais, os indígenas e as profissionais do sexo. (OBSERVATÓRIO DIREITOS HUMANOS E CRISE COVID-19, 2020).

Frente a essa situação, é importante ter em mente que, conforme disposto em nossa Carta Magna, é responsabilidade do Estado regular a economia, gerir os recursos públicos e os recursos comuns para garantir a vida e a dignidade dos cidadãos; assim como promover os direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, por meio de políticas públicas. Não obstante, no Brasil, no contexto da COVID-19, houve (e, ainda no momento de redação deste artigo, há) a violação sistemática dos direitos individuais e coletivos, por conta da má gestão do Estado no controle da pandemia e de seus efeitos. (OBSERVATÓRIO DIREITOS HUMANOS E CRISE COVID-19, 2020).

¹Com sua protetiva e famosa redação “*todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]*” (BRASIL, 1988).

O modo de agir adotado pelo governo Brasileiro, no qual as questões econômicas são vistas como prioridade, acaba sendo negligente e omissa na manutenção da saúde pública, pois apenas o que importa ao governo é a continuidade da movimentação da roda da economia. Trata-se de uma governança condizente com um hipercapitalismo neoliberal que, em tempos pandêmicos, torna-se um necrocapitalismo. (COSTA et al., 2020, p. 3).

Diante desta omissão deliberada do Estado brasileiro, a sociedade civil organizada, juntamente às instituições que buscam promover e proteger os Direitos Humanos, tomaram a frente para buscar soluções adequadas com o objetivo de atender as emergências específicas dos diversos grupos sociais vulneráveis dentro do quadro da pandemia. (COSTA et al., 2020, p. 3). É inegável, neste contexto, o quão importante é a atuação dos movimentos sociais, dos ativistas, de organizações da sociedade civil e dos coletivos auto organizados, fundamentais para a continuidade da vida de muitas pessoas, uma vez que esses movimentos são capazes de chegar onde o Estado não chega.

A título exemplificativo, podem ser citadas, nesse sentido, algumas medidas tomadas por defensores de direitos humanos no referido período. A primeira delas foi a formação, no Rio de Janeiro, do Gabinete de Crise, criado pelos moradores do Complexo do Alemão para enfrentar a epidemia na favela, e da Frente de Mobilização da Maré, criada, também, pelos moradores. (COSTA et al., 2020, p. 3). Ademais, outras entidades que lutam pelos direitos humanos em âmbito local, como a Justiça Global, atuaram no combate ao coronavírus nas favelas da Maré, do Alemão, Acari, e da Formiga. (JUSTIÇA GLOBAL, 2020a).

Ainda, nota-se a construção do Observatório Direitos Humanos e Crise Covid-19, iniciativa colaborativa de várias organizações e movimentos sociais, que se propõe a sistematizar informações relativas aos direitos humanos no contexto da crise sanitária de Covid-19. (OBSERVATÓRIO DIREITOS HUMANOS E CRISE COVID-19, 2020); e o lançamento do documento “Priorizar à vida em detrimento da dívida: É necessário um novo pacto social na América Latina face à Covid”, com 21 organizações-membro da América Latina em parceria com a Federação Internacional dos Direitos Humanos. (MOGWE et. al., 2020).

Um outro exemplo foi protagonizado pela Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH), o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), a Conectas Direitos Humanos e a Justiça Global, que enviaram uma carta ao alto representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, onde cobraram um posicionamento sobre crise política e sanitária no Brasil. (CONNECTAS; JUSTIÇA GLOBAL; MNDH; FIDH, 2020).

Além disso, foi também muito importante a denúncia feita à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) acerca dos casos de violência contra defensoras e defensores de direitos humanos no contexto da pandemia de Covid, pois, entre 26 de fevereiro de 2020, quando foi confirmado o primeiro caso de Covid-19 no país, e 20 de maio, foram registrados 06 assassinatos e 03 casos de ameaças aos defensores, majoritariamente em razão de conflitos no campo e na floresta. (JUSTIÇA GLOBAL, 2020b, p. 2).

Apesar de terem sido causados diversos impactos em setores diferentes da população, existindo especificidades inerentes a cada um dos grupos vulneráveis, focaremos a presente análise nos retrocessos de direitos sofridos por quatro grupos sociais em decorrência da Pandemia da COVID-19: os povos indígenas, a população carcerária, as mulheres e os migrantes. Além da análise acerca das violações dos direitos destes quatro grupos, serão destacadas as principais medidas, adotadas por entidades e organizações protetoras dos Direitos Humanos, para lutar contra as referidas violações.

Por fim, destaca-se que a metodologia de pesquisa do presente artigo incluiu a busca dos termos “grupos vulneráveis”, “minorias sociais”, e “defensores de direitos humanos” associados aos termos de “pandemia” e “emergência de saúde pública” principalmente em plataformas de busca das organizações internacionais e organizações não governamentais. As fontes de informação foram os relatórios de organizações sociais, notícias sobre situações de extrema violação de direitos humanos amplamente divulgadas, de projetos de lei e políticas do governo brasileiro notoriamente discriminatórias, evidenciadas por discursos políticos reacionários e preconceituosos, que expõem como os direitos de grupos já vulneráveis foram ainda mais ameaçados. A comparação dos dados atuais com os do período pré-pandêmico evidencia como a pandemia foi utilizada, institucionalmente, para aplicação de estratégias de governo para mitigar os direitos dessas minorias sociais.

1 POVOS INDÍGENAS: O IMPACTO DA COVID-19 E A ATUAÇÃO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS EM PROL DE SEUS DIREITOS

No que diz respeito aos povos indígenas, foi possível observar uma total negligência estatal com relação aos direitos dessa população no ano de 2020, com o avanço da Covid-19 nos territórios indígenas; medidas discriminatórias, realizadas pelo governo e autorizadas pelo legislativo, as quais vão na contramão da conscientização sobre igualdade étnica e racial (IDDH, 2020, p. 12); e o aumento dos casos de invasão de terras e de ataques violentos contra indígenas, corroborados pelo discurso do chefe do executivo e seus ministros.

Dentre as declarações feitas pelos governantes que vão na contramão da proteção dos direitos dos povos indígenas, podem ser citados dois episódios em especial. O primeiro diz respeito à fala do então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que declarou, em maio de 2020, que a crise causada pela Covid-19 seria, na verdade, uma oportunidade para acelerar o processo de desregramento da proteção ambiental à revelia do Congresso, fazendo, nas palavras do ministro, “passar a boiada.” (G1, 2020). Outro pronunciamento chocante, totalmente contrário ao que se espera de um governante, foi aquele feito pelo então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, que exclamou odiar o termo “povos indígenas”, defendendo acabar com “*esse negócio de povos e privilégios*.” (LEITÃO, 2020).

Através dessas falas, é possível observar a tendência, no atual governo, da institucionalização de uma visão preconceituosa, integracionista e assimilacionista, segundo a qual os povos indígenas são pertencentes a uma condição social transitória, e que, em dado momento, terão de ser incorporados pela sociedade, com a extinção de suas culturas e modos de vida próprios. Essa visão é contrária à própria Constituição de 1988, que compreende os indígenas como categoria étnica própria e definitiva, que deve ter seus direitos preservados, assim como sua cultura e modo de vida respeitados. (RODRIGUES, 2014).

Este conjunto de ações governamentais não é despropositado, pois tem como objetivo final a realização de metas desenvolvimentistas do governo, que vê, na Amazônia, uma chance de exploração de recursos naturais. A floresta amazônica já foi, inclusive, chamada, pelo então Presidente Jair Bolsonaro, de “alma econômica do Brasil”, de forma que deveria então, segundo ele, ser explorada. (FONSECA, 2019). Trata-se de um esvaziamento da proteção ambiental governamental e da proteção dos direitos dos povos indígenas, uma vez que estes são, intrinsecamente, os protetores dessas áreas, por conservá-las e ocupá-las de forma respeitosa, tornando-se alvo de uma política exploratória e extrativista que os ameaça cada vez mais e de forma mais explícita.

É gritante o desmonte institucional pelo qual passa o Brasil, sendo que os direitos das comunidades são, diariamente, atacados, seja por meio de atos ilegais, seja por meio de tentativas de governantes de aprovarem leis que têm por intuito o retrocesso da garantia de direitos desses povos. Assim, em 2020, projetos de lei e uma instrução normativa da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) preconizaram a mineração e atividades exploratórias nas terras indígenas;² a anistia à grilagem;³ e a regulamentação de áreas invadidas,⁴ logo em um momento

²Trata-se do Projeto de Lei nº 191/2020, de autoria do Governo Federal.

³Trata-se do Projeto de Lei nº 2.633/2020.

⁴Diz respeito a Instrução Normativa Funai nº. 9, de 16 de abril de 2020.

no qual as populações estavam mais vulnerabilizadas pelo contexto da pandemia e do isolamento das comunidades.

Diante do contexto de invasões de terras, em conjunto com diversas entidades da sociedade civil, os povos indígenas Yanomami e Ye'kwana lideraram uma campanha chamada *“Fora Garimpo, Fora Covid”*, pela desintrusão de mais de 20 mil garimpeiros de seus territórios. A campanha encerrou-se em dezembro de 2020, contando com 439 mil assinaturas e com um ato em Brasília (LOPES, 2020).

Em 17 de julho de 2020, a estes mesmos povos indígenas, foram outorgadas medidas cautelares pela CIDH. A solicitação foi apresentada pela Hutukara Associação Yanomami e pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos, instando a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (doravante, CIDH) a requerer ao governo brasileiro que adotasse medidas necessárias para proteger os direitos à vida e à integridade pessoal dos povos Yanomami e Ye'kwana. Na solicitação, detalhou-se que estes povos estavam em grave risco no contexto da pandemia, *“considerando sua situação de particular vulnerabilidade, falhas nos cuidados de saúde e a presença de terceiros não autorizados em seu território”* (CIDH, 2020, p. 1).

Ademais, entidades como o Conselho Indigenista Missionário (doravante, CIMI), a APIB e a Justiça Global denunciaram à ONU e à CIDH a prisão injusta, em meio a pandemia, do Cacique Crídio Medina, do povo Avá-Guarani. O informe relatou, também, uma série de ataques ao povo Avá-Guarani que, desde outubro de 2019 até setembro de 2020, sofreu com 3 assassinatos, uma suspeita de assassinato e outras 4 tentativas. (CIMI; JUSTIÇA GLOBAL; APIB, 2020).

É importante se atentar para o fato de que as invasões das terras indígenas durante a pandemia, fomentadas pelo contexto governamental de impunidade com relação a essa prática ilegal, acabam representando uma dupla ameaça aos indígenas, pois, além dos conflitos territoriais, há o grave fator da contaminação dessas populações pelo vírus (IDDH, 2020, p. 13). As particularidades do modo de vida das comunidades indígenas, que adotam uma organização social integralmente coletiva, tornam as comunidades um campo fértil para a transmissão do vírus, o que representa um enorme risco de extermínio de culturas e povos inteiros (LACERDA, 2020). Um exemplo disso foi a chegada do vírus à Terra Yanomami, em Roraima, onde, em julho de 2020, 80 indígenas haviam testado positivo para o coronavírus, de acordo com dados fornecidos pelo Conselho Distrital de Saúde Indígena (DAMA, 2020).

As falas discriminatórias e preconceituosas, por parte dos governantes, têm ligação direta com a maior ocorrência de invasões das terras indígenas, tendo sido exemplo disso os atos de violência cometidos contra o povo indígena Waimiri Atroari, sendo que o então

deputado que cometeu um dos atos de agressão contra a comunidade gravou, em vídeo, uma dedicatória ao presidente da república, Jair Bolsonaro. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2020).

Frente a isso, uma das ações tomadas contra o fomento da discriminação e violência contra os povos indígenas foi a ação civil pública ajuizada pelo MPF,⁵ em março de 2020, contra o Governo Federal e a FUNAI. A despeito da ação, as declarações discriminatórias por parte do governo continuaram: em uma *live* do dia 16 de julho do mesmo ano, Bolsonaro culpou “o indígena e o caboclo” por “parte considerável” do desmatamento. (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2020).

Além da questão da violência sofrida pelos povos indígenas com a invasão de suas terras e a omissão do Estado em evitá-las, agindo este, inclusive, em sentido contrário, de forma a fomentá-las, uma outra problemática foi verificada. Com a transmissão do vírus pelos invasores às comunidades, estas passaram a padecer, em decorrência da COVID-19, o que escancarou a falta de investimento no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (Sasi-SUS), parte do SUS, responsável pelo atendimento de saúde dos povos indígenas, e a existência de uma enorme falta de infraestrutura e atenção no atendimento das comunidades, que ocasionou grave subnotificação dos casos.

Um fato que demonstra a despreocupação do Estado em proteger esses cidadãos é que os serviços de saúde indígena são garantidos apenas às populações aldeadas, ou seja, aquelas que habitam em terras já homologadas, o que, conforme foi reiterado pelo ministro Luís Roberto Barroso, é inaceitável, uma vez que a identidade indígena é baseada no autorreconhecimento dos membros, e não da homologação territorial. (VIVAS; FALCÃO, 2020). Assim, como se não fosse suficiente a pouca infraestrutura do sistema de saúde especializado para prestar atendimento às comunidades indígenas, muitos índios acabam sendo desamparados por não habitarem em um território já homologado, ignorando-se toda a história de seu povo e reduzindo os povos indígenas apenas ao espaço que ocupam e ao reconhecimento dado a este espaço pelo Estado.

O próprio Governo Federal foi um grande agente transmissor de Covid-19 aos povos indígenas, através da entrada de equipes do Exército e da Saúde nos territórios, conforme indicou a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) (IDDH, 2020). É importante ter em mente, ainda, que, de acordo com um relatório da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e uma análise realizada pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

⁵A referida ação, de número 1004416-31.2020.4.01.3200, foi ajuizada na 3ª Vara Federal no Amazonas. Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 226-257, jun. 2021.

(Coiab), a taxa de letalidade da COVID-19 entre os povos indígenas é três vezes maior que a da média da população brasileira, sendo um grupo de alto risco na pandemia. (FELLOWS et al, 2020). Como dito acima, essa situação torna-se ainda mais grave com a falta de estrutura do Sasi-SUS. (IDDH, 2020).

Destaca-se que a vulnerabilidade acabou sendo incrementada pela ausência de proteção estatal, com a utilização de apenas 39% das verbas federais destinadas ao combate da pandemia entre os povos indígenas (TRANSPARÊNCIA BRASIL; ABRAJI, 2020); a suspensão da entrega de cestas básicas; e do atendimento da FUNAI em terras indígenas que não tinham demarcação concluída. (CIMI, 2020).

Como resposta a essa omissão do Estado, a APIB, junto de outras seis entidades, dentre elas o Conselho Indígena de Roraima (CIR), entrou com a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 709/2020, para solicitar medidas mais efetivas no combate à pandemia entre os povos indígenas, trazendo à tona, ainda, as violações sobre os direitos humanos cometidas pelo Estado e que elevaram a taxa de mortalidade entre os indígenas em consequência do vírus. (JUSTIÇA GLOBAL, 2020a). Na ADPF, as entidades demandaram, entre outras medidas, a instalação de barreiras sanitárias em 30 territórios indígenas em isolamento; o atendimento de todos os indígenas pela Sesai, seja em territórios homologados ou não; e a retirada de invasores de oito terras indígenas. (ARAÚJO JUNIOR, 2020).

Em resposta, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que fosse realizado um plano de enfrentamento à COVID-19 juntamente às comunidades (ampliando a participação democrática dos povos indígenas no processo de tomada de decisões), a apresentação de planos para contenção de invasores e do vírus, a criação de barreiras sanitárias, e que fosse garantido o acesso ao Sasi-SUS de todos os indígenas. A decisão representou uma vitória histórica por dois motivos. Em primeiro lugar, pelo próprio conteúdo, isto é, pelas medidas determinadas pelo STF em favor da colocação de barreiras nas terras indígenas e de enfrentamento de dificuldades dos povos indígenas em geral, além da determinação de que o governo brasileiro atendesse a todos os povos indígenas de maneira indiscriminada. Em segundo lugar, pelo impacto processual, uma vez que se reconheceu a legitimidade da Apib para atuar no âmbito de jurisdição constitucional. Ela foi reconhecida como entidade legítima para propor uma ADPF, ampliando suas possibilidades de atuação em prol das causas indígenas, traduzindo-se, assim, como um marco no direito constitucional brasileiro e na própria história do movimento indígena brasileiro. (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2020a).

Nota-se que, mesmo anteriormente à pandemia do coronavírus, já havia uma situação de precariedade do atendimento médico destinado aos povos indígenas, que, em geral, já

estavam desassistidos em razão do cancelamento do programa Mais Médicos, o qual permitia que atendimento médico de qualidade chegasse em locais distantes e mais isolados (além das aldeias, também as zonas rurais e pequenos municípios mais afastados sofreram com o cancelamento do programa, que gerou um sucateamento da saúde nesses locais). (IDDH, 2020, p. 45). É de extrema relevância notar, também, que os recursos para a saúde indígena no âmbito do Ministério da Saúde está minguando, tendo alcançado apenas R\$1,5 bilhão em 2019, menor valor dos últimos anos. (INESC, 2020, p. 21).

Um grande problema ligado à pandemia e em como ela afetou as comunidades indígenas foi a enorme margem de subnotificação de infectados, uma vez que a Secretaria Especial de Saúde Indígena apenas conta os casos que ocorrem em territórios indígenas já homologados, ignorando aqueles que ocorrem em terras não homologadas, e aqueles de pessoas indígenas que vivem em áreas urbanas (que acabam sendo contabilizadas como pardas).

Foi por conta disso que a APIB tomou uma medida importantíssima no quadro da pandemia, criando uma plataforma digital, denominada Emergência Indígena, com o escopo de sistematizar a contagem de casos de indígenas infectados, articulando uma rede de mobilização internacional para apoiar medidas emergenciais de enfrentamento.

A diferença entre a contagem de casos realizada pela APIB e a Secretaria foi enorme, sendo que a primeira, até o dia 31 de agosto de 2020, havia contabilizado 23.815 infectados e 757 mortos, enquanto a segunda, na mesma data, contabilizou 22.923 infectados e apenas 377 mortos. (IDDH, 2020, p. 14). Até o dia 18 de janeiro de 2021, 45.807 indígenas foram infectados pela COVID-19 e, destes, 903 morreram, conforme dados da plataforma Emergência Indígena. (EMERGÊNCIA INDÍGENA, 2021).

É importante destacar que, no contexto da pandemia, uma outra situação de grave discriminação e violência étnica enfrentada foi o sepultamento em valas comuns dos corpos de pessoas indígenas que faleceram por Covid-19 nas cidades, sem consulta às famílias (BRASIL; COSTA, 2020; BRASIL; ZUKER, 2020). O sepultamento de corpos de pessoas indígenas fora de suas aldeias é um desrespeito às suas práticas e rituais, representando uma violação às crenças, tradições e à cultura própria de cada povo, uma vez que a morte é, muitas vezes, encarada como um rito de passagem, que deve ser acompanhado de diversas práticas para permitir a prosperidade da alma que se foi e do povo que ficou. Este é o caso da crença do povo Karitiana, que foi ameaçado de ter seu cacique, que faleceu em razão do coronavírus, enterrado no cemitério municipal de Porto Velho, longe da Aldeia Central, na Terra Indígena Karitiana, a qual pertencia (MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2021, p. 59-65).

Dentro deste contexto, em razão das ações do Governo Federal, houve o afastamento da FUNAI, que perdeu totalmente seu papel de agente protetor dos povos indígenas, de modo a tornar-se um órgão politizado, que está sendo, progressivamente, sucateado. Se antes a FUNAI destinava-se à proteção das comunidades indígenas, atualmente, suas ações se alinham aos interesses privados ligados ao agronegócio.

De acordo com a roda de conversa com defensoras e defensores do meio ambiente, realizada entre os dias 17 e 24 de setembro, 1, 8 e 15 de outubro de 2020, promovida pela ONU, pela WWF-Brasil e pela Fundo Casa, principalmente durante o período da pandemia da COVID-19, foram diversas as dificuldades enfrentadas pelos defensores dos direitos dos povos indígenas. Dentre as principais dificuldades, foram citadas: o sucateamento das equipes de proteção e a diminuição do orçamento dos órgãos destinados à proteção das comunidades indígenas; os diversos ataques sofridos, com emprego de violência e grave ameaça contra os defensores; a ausência do Estado, que é omissor em seu papel de proteger estes cidadãos, ignorando-os e, ainda, incentivando os atos de discriminação; a fragilização dos defensores e os abalos psicológicos enfrentados por estes. Soma-se às referidas dificuldades o fato de que, quando em isolamento, os defensores tornam-se mais fáceis de atingir, o que acaba sendo agravado pela falta de atenção dos meios de comunicação social para a sua situação. (OBSERVATÓRIO DIREITOS HUMANOS E CRISE COVID-19, 2020).

Mesmo quando medidas mascaradas de favoráveis aos povos indígenas partem da atual gestão governamental, cabe atentar-se para verificar a integralidade das normas propostas, como é o caso do Projeto de Lei nº 1.142/20, que prevê ações emergenciais para os povos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais durante a pandemia de COVID-19, autorizando, todavia, a permanência de missionários religiosos nas terras indígenas. (OBSERVATÓRIO DIREITOS HUMANOS E CRISE COVID-19, 2020). Mesmo quando o escopo fundamental da norma é a proteção das populações autóctones, há um fator marginal, presente na norma, que visa a repressão de algum direito desses povos.

3 POPULAÇÃO CARCERÁRIA: O IMPACTO DA COVID-19 E A ATUAÇÃO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS EM PROL DE SEUS DIREITOS

O Brasil conta com a terceira maior população carcerária do mundo, com mais de 800 mil detentos, ficando atrás apenas dos EUA e da Rússia. (VIEIRA, 2020). Em condições de normalidade, o sistema prisional brasileiro já se mostrava incapaz de garantir os direitos humanos e de preservar a saúde dos detentos, em função da superlotação, da insuficiência de

equipamentos e profissionais de saúde que atendam aos presídios, da alimentação inadequada e do racionamento de água. (VIEIRA, 2020). Todavia, com a chegada da pandemia do coronavírus, a situação de precariedade no sistema prisional se tornou insustentável e, notadamente, incompatível com a preservação de condições de vida minimamente dignas aos detentos.

Apesar das necessidades de saúde das pessoas encarceradas serem matéria de inteira responsabilidade do Estado, como previsto pela Lei de Execução Penal, não há uma compatibilidade, no contexto brasileiro contemporâneo, entre o referido *dever ser* e o *ser*. Com a precariedade latente das prisões brasileiras; a lógica punitivista da justiça criminal e do senso comum (que veem, no encarceramento, uma solução de remoção do indivíduo da sociedade, não se importando com o que acontecerá com ele dali em diante); e a negligência do Estado em proporcionar condições mínimas de subsistência às pessoas encarceradas, o sistema prisional, no contexto da pandemia da COVID-19, passou a significar um risco de vida àqueles que estão ali inseridos, permitindo uma pena de morte arbitrária, em decorrência de um vírus letal. Desta feita, é possível averiguar que o direito à saúde de pessoas presas é sistematicamente desconsiderado, até mesmo no contexto da mais grave crise de saúde pública em gerações. (VASCONCELOS; MACHADO; WANG, 2020).

Mesmo que em boas condições de higiene e alimentação, o vírus já havia se mostrado muito mais transmissível em um quadro de confinamento, quando, dentro de um cruzeiro asiático, foi constatada sua reprodução em valores próximos a 11, enquanto, entre a população em condições normais, este número varia entre 1,1 e 7. (MIZUMOTO; CHOWELL, 2020, *apud* CARVALHO; SANTOS; SANTOS; 2020). No *superisolamento*, como denominado o encarceramento por Sérgio Carvalho, Andreia Santos e Ivete Santos (2020), por representar um confinamento em múltiplos sentidos, como social, físico e psicológico, a situação é muito pior, uma vez que, além do confinamento, há uma estrutura completamente precária, sem o oferecimento de condições básicas de higiene, distanciamento e saúde.

A existência de uma infraestrutura carcerária precária e da falta de condições mínimas de saúde e higiene dentro dos presídios pode ser facilmente constatada quando se observa que, entre as 1.422 unidades prisionais brasileiras existentes em 2019, 79% delas estavam com superlotação. (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, 2020). O déficit de vagas no sistema prisional é de cerca de 303 mil vagas, gerando uma ocupação das prisões de 171,62% de sua capacidade, em média. (IDDH, 2020, p. 36). É impossível, neste contexto, a manutenção até mesmo das condições mínimas de saúde, o que é agravado pelo fato de que, em muitas dessas prisões, há racionamento de água, sendo que, apenas no estado de São Paulo, 70% das

unidades prisionais têm racionamento. (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2020). Ainda, tem-se que 31% das unidades prisionais do país não oferecem assistência médica aos detentos. (FABRINI; FERNANDES, 2020). Mostra-se impossível, portanto, nesses ambientes, tanto a adoção de distanciamento social, quanto de bons hábitos de higiene, como a higienização das mãos com frequência e a utilização de álcool gel, medidas recomendadas para diminuir a contaminação da COVID-19.

Para compreender a superlotação das unidades prisionais, é de grande relevância analisar que, nos últimos 25 anos, a população carcerária brasileira aumentou de 73 mil pessoas, em 1995, para mais de 748 mil em 2019, dentre as quais mais de um terço está presa ainda aguardando julgamento. (VASCONCELOS; MACHADO; WANG, 2020). Este dado denota a falha da organização e estruturação do sistema prisional, decadente e falido, que, devido ao desrespeito à regra do direito penal mínimo pelos atuantes dos órgãos judiciários nacionais, acaba lotado, mesmo que seus componentes sejam pessoas que ainda sequer foram julgadas.

É imprescindível observar que o colapso na saúde da população carcerária na pandemia era previsível pelos órgãos públicos, já que, em períodos normais anteriores, a população carcerária já era afetada em demasia por problemas respiratórios, de forma que o risco de desenvolvimento de tuberculose se mostra 30 vezes maior do que o da população geral, e as doenças infecciosas causam 17,5% das mortes nas prisões. (CARVALHO; SANTOS; SANTOS, 2020).

Assim, no contexto pandêmico, estar no sistema prisional representa um grave risco de vida, sendo esta uma população extremamente vulnerável ao vírus, com uma taxa de letalidade cinco vezes maior do que a do restante da população (FABRINI; FERNANDES, 2020). Ademais, com a falta de assistência médica nas prisões, o diagnóstico de doenças no ambiente prisional acaba sendo muito prejudicado, de forma que há uma enorme cifra de casos que não chegam a ser nem mesmo registrados, ocorrendo uma grande subnotificação. (FABRINI; FERNANDES, 2020). Devido a esses fatores, tem-se que a contaminação dos presidiários foi extremamente rápida, havendo um aumento de 800% na taxa de contaminação nos presídios, entre maio e junho de 2020. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2020).

Para a prevenção da COVID-19 nos presídios, três medidas seriam essenciais para o controle da situação epidemiológica dentro das penitenciárias: (i) adiar, ao máximo, a entrada do vírus nas prisões; (ii) quando ele estiver já em circulação, controlá-lo; (iii) e preparar as prisões para lidar com os casos de infectados dentro delas. (AKIYAMA; SPAULDING; RICH, 2020, apud CARVALHO; SANTOS; SANTOS, 2020).

Assim, uma medida de grande eficiência, nesse caso, seria adiar a prisão daqueles indivíduos que pertencem ao grupo de risco, sendo que, se 90% dessas prisões fossem adiadas, a mortalidade, nos presídios, pela Covid, reduziria em 56,1% (LOFGREN et al, 2020, p. 11). Ademais, a adoção de medidas alternativas à prisão, para os casos de delitos leves, seria uma forma eficaz, também, de diminuir um impacto ainda maior da pandemia na população que tem sua liberdade restrita. Essas medidas seriam condizentes com as determinações da OMS (Organização Mundial da Saúde) (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020), que recomendou a adoção de medidas para a contenção da disseminação do vírus nos estabelecimentos prisionais, e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) que, nos artigos 4º e 5º da Recomendação nº 62/2020, recomendou o desencarceramento da população integrante dos grupos de risco (idosos, gestantes, pessoas com doenças crônicas, respiratórias ou com condições imunossupressoras). A referida recomendação também salientou a importância da adoção de penas alternativas àquelas restritivas de liberdade, principalmente neste momento pandêmico. (CNJ, 2020).

Todavia, poucos foram os efeitos práticos destas determinações, muito em decorrência de uma concepção predominante, no sistema de justiça, de encarceramento em massa segundo uma lógica punitivista. De acordo com essa lógica, o tratamento dado aos presidiários deve ser cruel e desumano, longe dos parâmetros básicos dos direitos humanos. De acordo com o ministro do STF Marco Aurélio, quando este apreciou ação movida pelo PSOL questionando a omissão do poder público diante da situação do sistema penitenciário, presos tornam-se para a sociedade e, muitas vezes, para os operadores do direito dentro do sistema penal, lixo digno do pior tratamento possível [...] sendo-lhes negado todo e qualquer direito à existência minimamente segura e salubre. (VIEIRA, 2020).

Foi em decorrência da manutenção dessa visão de direito penal punitivista que, após a edição da recomendação nº 62 pelo CNJ, o DEPEN (Departamento Penitenciário Nacional) se opôs à recomendação, sob o argumento de que haveria uma crise de segurança pública caso ela fosse seguida. (VIEIRA, 2020). Menciona-se, ainda, o Mandado de Segurança, que o Podemos ajuizou no STF, buscando a suspensão da referida recomendação do CNJ, pois, de acordo com o partido, a crise sanitária não poderia ser pretexto para a impunidade. (VIEIRA, 2020).

A consequência disso foi que, segundo um levantamento feito pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo, apenas 756 pessoas, dentre 25,8 mil, obtiveram alvará de soltura expedidos por conta da pandemia até junho de 2020, o que representou cerca de 3%, apenas. (IBDCCRIM et al., 2020, p. 13).

Mesmo as detentas gestantes, puérperas e lactantes, que configuram um grupo particularmente vulnerável entre aqueles que compõem os grupos de risco, continuaram tendo seus direitos violados, pois o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu por continuar mantendo-as presas. (IDDH, 2020). Nota-se que a pretensão punitiva do Estado supera, em muito, suas concepções de direitos humanos.

Em decorrência desse cenário alarmante, no mês de março de 2020, a Rede de Justiça Criminal, em conjunto com outras organizações de direitos humanos, elaborou recomendações para que se evitasse a disseminação do coronavírus em presídios brasileiros. Segundo as organizações, a situação deveria ser enfrentada dentro de um “Estado de Coisas Inconstitucional”, com o desencarceramento de pessoas com doenças pré-existentes, com mais de 60 anos, gestantes, lactantes, mães responsáveis por crianças, pessoas acusadas de crimes não violentos, entre outras. A recomendação era pela substituição da pena de privação de liberdade por restritivas de direitos, com fim de conter a disseminação do vírus nas celas. (REDE DE JUSTIÇA CRIMINAL, 2020).

Ademais, é primordial considerar que, quando feitas, essas solturas deveriam envolver uma série de ações de esforço intersetorial, para que, juntando-se esforços do poder público, do judiciário, dos serviços de saúde e de assistência social, fosse permitida a reintegração social digna para impedir que essas pessoas, na contramão do pretendido, acabem circulando e se contaminando ou transmitindo o vírus enquanto buscam por moradia, comida e renda. (CARVALHO; SANTOS; SANTOS, 2020). Todavia, mais uma vez, o *dever ser* não correspondeu ao *ser*.

A adoção de uma política negligente para a contenção do vírus nas prisões, longe de afetar apenas a população carcerária, afeta toda a sociedade, aumentando, no quadro geral, a taxa de infectados e de transmissibilidade. Isso se justifica pelo fato de que as instituições prisionais são instituições porosas, uma vez que os agentes penitenciários, os trabalhadores, os visitantes, aqueles presos que são libertados e transferidos, transitam entre as unidades do sistema e para fora dele, afetando, portanto, toda a sociedade. (CARVALHO; SANTOS; SANTOS, 2020). Saúde prisional é saúde pública e deve ser tratada como tal pelo Estado.

Frente a essa situação, 213 organizações e instituições de direitos humanos escreveram um apelo à ONU e à CIDH, denunciando violações aos direitos humanos nos presídios brasileiros como a ausência do direito à saúde, os entraves aos pedidos de liberdade, a incomunicabilidade, rebeliões, número crescente de óbitos, e uma proposta de alocar pessoas que ingressam no sistema prisional em contêineres (CHADE, 2020; IBDCCRIM et al., 2020; ABGLT et al., 2020, p.38). As entidades solicitaram, ademais, que o Brasil esclarecesse ante

os órgãos internacionais as violações das recomendações e que tomasse medidas necessárias para conter o avanço do vírus entre a população carcerária (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2020b).

Particularmente no que diz respeito à pretensão de alocar os detentos em contêineres, demonstrada em um ofício do então Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, datado de 17 de março de 2020, foi de grande importância e relevância, para impedir tamanha violação de direitos humanos, a denúncia, feita por 45 entidades defensoras dos direitos humanos, à CIDH. (AGENDA FEMINISTA PELO DESENCARCERAMENTO et al., 2020).

A situação de disposição de recursos básicos aos detentos foi agravada, ainda, pela suspensão da visita familiar a partir de março de 2020, em decorrência da necessidade do isolamento social. Isso gerou maior dificuldade para o acesso a insumos de higiene, medicação e alimentação adequada, já que, muitas vezes, as famílias é que fornecem aos detentos esses serviços. Estima-se que 65,9% dos alimentos e materiais de higiene enviados por familiares não estavam entrando nas prisões durante o primeiro semestre da pandemia. (PASTORAL CARCERÁRIA, 2020).

O abalo psicológico gerado pela forma como foi conduzida a política de encarceramento e administração dos presídios durante a pandemia também deve ser considerado no quadro de violações de direitos humanos. Tanto as famílias dos presos quanto estes últimos se viram em um contexto de incertezas, com medo e sofrendo com o abandono pelo Estado. No que diz respeito às famílias dos presidiários, elas sofreram com as poucas informações fornecidas sobre os internos que foram contaminados pela COVID-19, ou sobre o estado de saúde daqueles já infectados. (PERES, 2020). Já os detentos manifestaram seu pavor de diferentes formas, enquanto presos no interior de São Paulo se rebelaram em desespero, outros escreveram cartas se despedindo de familiares. (VIEIRA, 2020).

Ademais, um dado que chama atenção é que, dos 603 casos relatados de COVID-19 entre a população encarcerada, 74% foram registrados no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal, onde estão cumprindo pena criminosos de maior poder aquisitivo, o que demonstra que, mesmo dentro do Sistema Penitenciário, há a reprodução da desigualdade no acesso aos testes para o vírus, sendo a maioria disponibilizada para os “*presos da classe alta.*” (CARVALHO, SANTOS, SANTOS, 2020).

Por fim, cabe, aqui, fazer uma ponderação sobre a interseccionalidade de fatores que atingem a população carcerária, empreendendo-se, principalmente, um recorte racial na presente análise. Dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) demonstram que 65% das pessoas encarceradas são negras, o que corresponde, proporcionalmente, a um terço

do total de presos (DEPEN, 2019). Ao lado de uma política de encarceramento em massa, a omissão estatal em fornecer meios eficazes de combate à pandemia da COVID-19 nos presídios configura a institucionalização de uma política de limpeza étnica, onde, se antes, apenas eram excluídas socialmente, agora têm suas vidas colocadas de forma ainda mais latente em risco, de forma arbitrária.

4 VIOLÊNCIA DE GÊNERO: O IMPACTO DA COVID-19 E A ATUAÇÃO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS DURANTE A PANDEMIA

Os casos de violência doméstica no Brasil já eram alarmantes desde antes do início da pandemia da COVID-19 (G1, 2020), estando o país no rol dos cinco países onde há o maior cometimento de violência contra mulheres, com uma taxa de feminicídios 74% maior do que a média mundial, havendo, para cada 100 mil mulheres, 2,3 mortes. (UNODC, 2020). Um dado relevante para a presente análise é que, mesmo anteriormente à pandemia, no ano de 2018, um estudo realizado pelo Ministério Público de São Paulo havia constatado que, a cada 3 vítimas de feminicídio no Brasil, 2 eram mortas dentro de suas próprias casas (VARELLA, 2018), o que demonstra que o lar das vítimas é, também, o lugar que mais lhes oferece riscos, uma vez que, muitas vezes, o agressor é alguém próximo.

Conforme apontado, em 2019, pelo Índice de Instituições Sociais e Gênero do Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, a violência doméstica está diretamente relacionada à sua aceitação social. (RAMOS, 2020, p. 13). Assim, ocorre, normalmente, em um cenário em que a figura masculina repressora se encontra livre de qualquer possibilidade de repressão, podendo agir dentro da normatividade da masculinidade patriarcal, socialmente aceita, para exercer poder e controle sobre as mulheres, inclusive por meio da violência física ou sexual. Ademais, nos níveis individual e familiar, os perpetradores de violência tentam reafirmar seu controle e expressar suas frustrações causadas pela situação pandêmica, resultando em episódios crescentes de violência. (RAMOS, 2020, p. 12-13).

Após o surgimento da pandemia da COVID-19, com a imposição do isolamento social, houve um aumento exponencial dos casos de violência doméstica em todo o mundo. Em um quadro geral, dados fornecidos pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), junto de seus parceiros Avenir Health e Johns Hopkins University, nos EUA, e Victoria University, na Austrália, apontaram um aumento de 20% na violência doméstica sofrida durante os três

primeiros meses de quarentena em todos os 193 estados membros da ONU (os números levam em consideração os altos níveis previstos de casos subnotificados) (FORD, 2020).

Um fator para isso é que, no contexto do isolamento social, muitas vezes, as mulheres são submetidas, de forma forçosa e, durante tempo integral, a relações abusivas, sem que possam abandonar seus lares ou recorrer a interações sociais e a redes de apoio, o que possibilita aos homens perpetradores de violência uma ampla liberdade para cometerem abusos, sem que exista qualquer tipo de repressão social ou estatal (JONES-BRADBURY; ISHAM, 2020).

No Brasil, não foi diferente, sendo que os dados de notificação das agressões sofridas durante o isolamento social chegaram a patamares alarmantes. Nos dois primeiros meses de confinamento (maio e abril de 2020), os casos de feminicídio aumentaram em 22% e, no período entre março e agosto do mesmo ano, foi registrada uma média de três feminicídios por dia no Brasil (OLIVEIRA, 2020). Até o mês de abril de 2020, no início do isolamento social, a Polícia Militar havia registrado um aumento de 44,9% nos atendimentos a mulheres vítimas de violência, sendo que o total de socorros prestados passou de 6.775, número do mesmo período do ano anterior, para 9.817 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020). Ademais, no Rio de Janeiro, logo nos primeiros dias de isolamento social, foram registrados 50% mais casos de violência doméstica (BASSAN, 2020).

Nota-se que esses números, embora já assustadores, omitem uma enorme cifra de casos não notificados, os quais, portanto, são de difícil percepção pelos órgãos de defesa das mulheres, uma vez que, por ocorrerem dentro de casa, as violências percebidas são apenas aquelas que são denunciadas ou investigadas (sendo que, estas últimas, na maioria das vezes, resumem-se aos casos terminados com a morte da mulher).

As denúncias de violência contra a mulher também aumentaram, embora através da utilização, na maioria das vezes, de recursos tecnológicos, já que as vítimas não poderiam sair de casa. Assim, as denúncias realizadas através do número de telefone 180 aumentaram em 27% no primeiro semestre da pandemia (WORLD BANK, 2020, p. 03; BASTOS; CARBONARI; TAVARES, 2020), seguindo um padrão observado em muitos outros países, como o Reino Unido, onde houve um aumento de 25% das ligações para a *UK Domestic Violence Helpline* (JONES-BRADBURY; ISHAM, 2020).

Todavia, por conta do quadro de isolamento social, no qual as mulheres não poderiam, muitas vezes, sair de suas casas sozinhas, por conta do temor provocado pela pandemia, principalmente no período inicial, e, também, por estarem em maior “vigilância” por parte de seus agressores, que também encontravam-se com elas confinados, houve uma redução de 25,5% no número de denúncias de violência doméstica apresentadas pessoalmente nas

delegacias de polícia, assim como no número de medidas protetivas solicitadas por vítimas de violência doméstica em juízo. Todavia, como demonstrado acima, de forma alguma isso significa que os casos de violência doméstica tenham diminuído (WORLD BANK, 2020, p. 03; ONU BRASIL, 2020a).

Nesse contexto, mostrou-se de extrema importância a criação de métodos alternativos de denúncia e sinalização, a serem usados por mulheres em situação de violência, como palavras-código e opções de chat sem discagem. Para isso, é fundamental a utilização de recursos tecnológicos e digitais, com a adaptação de serviços. Um exemplo disso é a possibilidade do registro de boletim de ocorrência eletrônico,⁶ e a obtenção de assistência via WhatsApp (ONU BRASIL, 2020a).

Ainda neste quadro, a atuação de organizações não governamentais (ONGs) e de entidades que prestam ajuda e acolhimento às vítimas tornou-se ainda mais importante, conforme declarou o Instituto Maria da Penha (IMP). A Nós Mulheres, por exemplo, ONG que oferece apoio às mulheres vítimas de violência doméstica declarou que, em apenas um dia, no início da pandemia, recebeu o número de ligações buscando apoio por situação de violência equivalente ao que receberia, normalmente, em um mês. Um outro exemplo de fortificação da atuação das entidades para promoção de uma rede de apoio a essas mulheres foi a estratégia do próprio IMP, que passou a disponibilizar um núcleo de referência online, com psicólogas, advogadas e assistentes sociais (TEODORO, 2020).

Ademais, coletivos e organizações se uniram para promoção de campanhas veiculadas nas redes sociais com o intuito de formar um grande movimento de solidariedade e uma rede de proteção, sendo um desses exemplos a iniciativa conhecida pela utilização, em redes sociais, da *hashtag* #VizinhaVocêNãoEstáSozinha, da rede Agora É Que São Elas, que tem como objetivo mostrar que as mulheres não precisam se calar diante de qualquer tipo de agressão. (CARVALHO, 2020). Outra importante iniciativa foi aquela adotada pelo veículo de imprensa Projeto Colabora, que lançou, junto de outras sete entidades que atuam por meio do jornalismo, o movimento “Um Vírus e Duas Guerras”, que visa monitorar a evolução da violência contra a mulher durante a pandemia. (OLIVEIRA, 2020).

Uma questão que acabou agravando as dificuldades já existentes para que muitas mulheres pudessem sair de um relacionamento abusivo foi o fato de que a vulnerabilidade econômica das mulheres também aumentou na pandemia. Isso ocorreu em razão do fato de que

⁶A portaria nº 67/2020 recomendou que os Tribunais de Justiça admitam o registro de ocorrência, envio de dados e arquivos e pedidos de medidas protetivas online, de forma a tornar o procedimento para denúncias acessível no contexto pandêmico (IDDH, 2020, p. 56).

são as mulheres que ocupam, majoritariamente, os postos de trabalho informal (IBGE, 2019), que sofreram um grande impacto com a chegada da pandemia. Ademais, por se concentrarem no setor de serviços (IBGE, 2019), o desemprego decorrente da crise econômica gerada pela COVID-19 atingiu, principalmente, as mulheres. (RAMOS, 2020, p. 6).

Além das dificuldades enfrentadas em decorrência do contexto pandêmico, também existem problemas estruturais que agravam a posição das mulheres, e acabam tornando-as mais suscetíveis à vulnerabilidade econômica. Exemplo disso são as diferenças salariais e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho em razão das responsabilidades atribuídas às mulheres dentro da divisão sexual do trabalho. (PRIOLA, 2020).

Destaca-se, no quesito da disparidade econômica, o fato de que as mulheres, em decorrência da divisão sexual do trabalho, enfrentam uma dupla jornada de trabalho, sendo que a sobrecarga de trabalho doméstico e de funções de cuidado também pode atrapalhar o desempenho de mulheres que conseguiram adotar modalidades remotas de trabalho, fazendo com que sejam mais dependentes financeiramente de seus companheiros. (BIANQUINI, 2020).

É importante considerar na presente análise, também, o marcador racial como um importante fator para o agravamento das dificuldades enfrentadas por essas mulheres, já que as mulheres negras acabam sendo ainda mais prejudicadas no mercado de trabalho, em virtude das desigualdades estruturais que se fazem ainda tão presentes no Brasil. Para mitigar a situação de vulnerabilidade, enfrentada por essas mulheres e agravada pela pandemia, o Instituto Marielle Franco, a Perifa Connection, o Movimenta Caxias e a Mulheres da Organização Criola lançaram a iniciativa “Agora é a Hora”, visando garantir os direitos de mulheres negras e suas famílias por quatro meses durante a pandemia. A iniciativa contou com a distribuição de cestas básicas e suporte no cadastro do Auxílio Emergencial do governo. A coordenadora da Mulheres da Organização Criola ressaltou como as mulheres negras, através de mobilização conjunta, identificaram como os piores efeitos da pandemia recairiam sobre elas, impulsionando, assim, o projeto. (ONU BRASIL, 2020b).

Destaca-se, por fim, a situação de mulheres defensoras de direitos humanos, muitas das quais trabalham em defesa dos direitos das mulheres ou em causas relativas à questão de gênero, sendo duplamente vulnerabilizadas – pela sua condição de mulher e pelo conteúdo das causas pelas quais lutam. Elas são submetidas aos mesmos riscos que qualquer outro defensor de direitos humanos, mas, como mulheres, são alvo de determinadas ameaças e violências específicas ao gênero, como assédio sexual. (ONU, 2010, par. 23).

Em fevereiro de 2020, a ONU Mulheres, com apoio da União Europeia, lançou o projeto Conectando Mulheres, Defendendo Direitos, visando apoiar as mulheres defensoras de

Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 226-257, jun. 2021.

direitos humanos no Brasil e promovendo estratégias de proteção de seus direitos. Durante a pandemia da Covid-19, o projeto passou por adaptações, tendo em vista as novas prioridades de atuação, passando a unir esforços para dar suporte a projetos de organizações de defensoras de direitos humanos e prevenir violências e demais violações ante o contexto pandêmico. (ONU MULHERES, 2020).

Ademais, ante a situação de calamidade pública causada pela pandemia, e com a intensificação de ameaças e violências com efeitos nocivos para a saúde mental de defensoras de direitos humanos, a ONU Mulheres, que já contava com projetos de apoio às defensoras, criou um projeto específico para Cuidado em Saúde Mental para Mulheres Defensoras de Direitos Humanos no Brasil. O projeto foi realizado em parceria com coletivos de saúde mental e com as próprias defensoras, focando-se em estratégias de comunicação para valorização do trabalho e da trajetória de defensoras de direitos humanos e com a construção de mensagens positivas, impulsionando o reconhecimento do importante papel das defensoras. (ONU MULHERES, 2020).

5 MIGRANTES E REFUGIADOS: O IMPACTO DA COVID-19 E A ATUAÇÃO DE DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS EM PROL DE SEUS DIREITOS

Os indivíduos que se encontram em condições de migrações internacionais forçadas, sejam eles refugiados, apátridas ou migrantes em decorrência de mobilidade forçada, enquadram-se como minorias sociais vulneráveis. Durante a pandemia, esta população ficou ainda mais vulnerabilizada, sem moradia adequada ou políticas sociais de proteção. Devido à falta de estrutura à qual são expostos, acabam tornando-se, também, mais vulneráveis ao vírus (SIQUEIRA, 2020, p. 4-5; CANAL SAÚDE, 2020).

Nos últimos anos, devido ao agravamento da crise econômica e social na Venezuela, o fluxo de cidadãos venezuelanos para o Brasil aumentou maciçamente. No período de quatro anos, desde 2015 até 2019, foram mais de 178 mil solicitações de refúgio e de residência temporária. O maior fluxo de imigração entre Venezuela e Brasil ocorre na fronteira pelo Estado de Roraima, concentrando-se nos municípios de Pacaraima e Boa Vista. (UNICEF BRASIL, 2019).

Em maio de 2020, centenas de migrantes foram expulsos da cidade de Boa Vista, sem sequer uma ordem judicial ou um plano de auxílio. Foram emitidas ordens impondo restrição à entrada de venezuelanos, migrantes e refugiados, de forma completamente discriminatória. E o

não cumprimento destas ordens poderia implicar na deportação. (ONU, 2020, p. 3; CANAL SAÚDE, 2020).

Em resposta a medidas tomadas pelas autoridades brasileiras com evidente caráter discriminatório, principalmente em relação às pessoas vindas da Venezuela, as organizações da sociedade civil – Missão Paz, Conectas Direitos Humanos, Fundação Avina, Cáritas Brasileira, Cáritas São Paulo, IMDH (Instituto Migrações e Direitos Humanos), Ficas, Centro de Atendimento ao Migrante, SJMR (Serviço Jesuíta a Migrante e Refugiados) e Centro de Direitos Humanos e Cidadania do Imigrante – formularam uma nota técnica. (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2020c).

Nesta nota técnica, a sociedade civil declarou a necessidade de atenção para os efeitos de medidas para a contenção da Covid-19 sobre pessoas em situação de vulnerabilidade social, *“assim como o dever de manutenção das medidas de proteção e assistência humanitária às pessoas migrantes e refugiadas.”* (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2020d, p. 3). Solicitaram, assim, que as medidas fossem *“implementadas sem exclusão do acesso das populações e grupos que se encontram em deslocamento forçado e necessitam de proteção internacional”*, destacando-se a população vinda da Venezuela. (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2020d, p. 7). Pediram, por fim, que fossem *“respeitados os princípios constitucionais do acesso universal à saúde e do tratamento igualitário entre nacionais e não nacionais.”* (CONNECTAS DIREITOS HUMANOS, 2020d, p. 32).

Também em resposta às ações discriminatórias do governo, em junho de 2020, a Defensoria Pública da União, o Ministério Público Federal em conjunto com as organizações de defesa dos direitos humanos, Cáritas São Paulo e Conectas, ingressaram com uma Ação Civil Pública. Destacou-se como a Portaria Interministerial n.º 225, de 22 de maio de 2020. (BRASIL, 2020a), que determinava restrição temporária a estrangeiros, e uma sequência de portarias que a precederam, possuíam caráter discriminatório e causavam uma série de impactos negativos a centenas de milhares de refugiados, migrantes e solicitantes de refúgio no Brasil. (MORAES, 2020). Com sucesso, as portarias foram revogadas.

Apesar do caráter discriminatório da maioria das medidas do governo, medida de grande importância foi aquela adotada pela Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo, que criou um canal para a coleta de denúncias sobre a negativa, aos imigrantes, de acesso aos serviços e direitos essenciais. (DELFIM, 2020b).

Destaca-se que, na prática, os refugiados têm direito ao recebimento do auxílio-emergencial instituído, por conta da pandemia, pela Lei n.º 13.982/2020. (BRASIL, 2020b). Eles possuem direito, também, ao acesso ao sistema público de saúde e ao serviço de assistência

social estadual e municipal. (DELFIM, 2020a). Entretanto, o acesso a estes benefícios é dificultado pelo próprio Governo.

Com a suspensão dos prazos e atos processuais ligados ao reconhecimento da condição dos refugiados, pela Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) através da Portaria n.º 2 de 20 de março de 2020 (BRASIL, 2020c), apesar de ainda terem acesso aos serviços públicos básicos, aumentaram as incertezas sobre os processos de refúgio e naturalização de migrantes e refugiados. (MARTUSCELLI, 2020, p. 1453).

Buscando mitigar as consequências da pandemia aos migrantes e refugiados, o PSOL, com apoio das organizações da sociedade civil, enviou o Projeto de Lei n.º 2.699/2020 à Câmara dos Deputados.⁷ Através deste projeto, visavam autorizar a residência de imigrantes no Brasil em razão da pandemia de COVID-19 e seus impactos socioeconômicos, como acolhida humanitária, representando uma possibilidade de melhoria da proteção social das pessoas migrantes. (CÁRITAS BRASILEIRA et al., 2020). Apesar de ter havido um parecer favorável ao projeto de lei, ele não foi, ainda, aprovado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o Estado Brasileiro, principalmente durante a pandemia, adota uma seletividade arbitrária daqueles que receberão sua tutela, sendo estes os agentes privados ligados a um discurso de liberalismo econômico e prioridade da economia sobre todos os outros bens jurídicos que deveriam ser protegidos.

No que tange aos povos indígenas, durante a pandemia de COVID-19, foram eles ainda mais ameaçados, tendo sido a pandemia utilizada, institucionalmente, como cortina de fumaça para aprovar medidas legislativas que atentam contra o direito desses povos ao seu território, flexibilizando a penalidade para aqueles que as invadem e ocupam. Ademais, com o sucateamento do sistema de saúde especializado no atendimento dos indígenas e das instituições destinadas à sua proteção, a pandemia mostrou-se como um fator de enorme risco para o extermínio de povos indígenas inteiros. Neste contexto, a ação dos defensores de direitos humanos se mostrou primordial na luta pela manutenção dos direitos dessas comunidades, em um quadro extremamente difícil, onde não apenas sua saúde mental fora, ainda mais, abalada,

⁷Veja em: CÂMARA DOS DEPUTADOS. PL 2699/2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252827>. Acesso em 27 de janeiro de 2021.

mas também a vida deles fora colocada em risco (mais do que em períodos normais), já que, no período, aumentou o número de casos de defensores mortos e ameaçados.

Quanto à população carcerária, foi imensa sua vulnerabilidade no quadro da COVID-19, sendo largada à própria sorte em razão das omissões de um Estado que adota uma lógica punitivista, segundo a qual não merece essa população a garantia nem mesmo das mínimas condições de vida digna. É em razão do desrespeito da necessidade do distanciamento social na pandemia, por meio da continuidade da manutenção de prisões preventivas e do encarceramento em massa de pessoas, dentre as quais, aquelas do grupo de risco, que o sistema carcerário, mostrou-se, neste período, como uma arma letal do Estado. Mais do que nunca, a atuação dos defensores de direitos humanos se mostrou essencial para a luta pelos direitos dessas pessoas, com a denúncia de situações de imensa violação de direitos.

Durante a pandemia, como fora analisado, aumentaram, também, os casos de violência doméstica e houve, ainda, um agravamento da situação de vulnerabilidade econômica de muitas mulheres. Nesse cenário, a criação de redes de apoio por entidades de defesa dos direitos humanos foi primordial para proporcionar o acolhimento dessas mulheres. Por fim, observou-se que também a população imigrante, majoritariamente advinda da Venezuela, sofreu com a conduta discriminatória do Estado, frente a qual diversas entidades defensoras dos direitos humanos promoveram denúncias para mitigar a violação dos direitos desse grupo, promovidos pelo próprio governo.

Logo, averiguou-se que a atuação dos defensores de direitos humanos foi essencial para mitigar as violações de direitos dos distintos grupos vulneráveis no período da pandemia da COVID-19, pois foram verdadeiros vigilantes dos direitos que estavam sendo violados, além de exercerem papel de acolhimento, prestação de atendimentos e de informações.

REFERÊNCIAS

ABGLT et al. [APELO URGENTE] *Situação das pessoas privadas de liberdade no Brasil durante a pandemia de Covid-19*, 23 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Apelo-ONU-Final-1.pdf>. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. *Magistrados e defensores públicos alertam para aumento de Covid-19 em presídios*. 04 de agosto de 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/681893-magistrados-e-defensores-publicos-alertam-para-aumento-de-covid-19-em-presidios/>. Acesso em: 14 de novembro de 2020

AGENDA FEMINISTA PELO DESENCARCERAMENTO et al. *Carta sobre o uso de containers como celas*, Brasil, 27 de abril de 2020. Disponível em:

<http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Carta-41-container.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

ARAUJO JUNIOR, Julio José. ADPF 709: a voz indígena contra o genocídio. *JOTA*, 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/adpf-709-a-voz-indigena-contra-o-genocidio-08072020>. Acesso em: 13 de dezembro de 2020.

BASSAN, Pedro. Casos de violência doméstica no RJ crescem 50% durante confinamento. *GI*, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/23/casos-de-violencia-domestica-no-rj-crescem-50percent-durante-confinamento.ghtml>. Acesso em: 23 de dezembro de 2020.

BASTOS, Gabriela; CARBONARI, Flávia; TAVARES, Paula. O Combate à Violência contra a Mulher (VCM) no Brasil em época de COVID-19. *The World Bank*, 2020. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/brazil-addressing-violence-against-women-under-covid-19>. Acesso em: 29 de dezembro de 2020.

BIANQUINI, Heloisa. Combate à violência doméstica em tempos de pandemia: o papel do Direito. *Conjur*, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-abr-24/direito-pos-graduacao-combate-violencia-domestica-tempos-pandemia#sdfootnotelSYM>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

BRASIL, 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*, promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Portaria Interministerial No 225, de 22 de maio de 2020. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=PRT&numero=255&ano=2020&data=22/05/2020&ato=58fITW65EMZpWTb2b>. Acesso em 27 de dezembro de 2020.

BRASIL. Lei nº 13.982/2020, 2 de abril de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113982.htm. Acesso em: 27 de novembro de 2020.

BRASIL. Portaria nº 2 de 20 de março de 2020, Dispõe sobre a suspensão dos atendimentos presenciais, dos prazos processuais e das reuniões do Comitê Nacional para os Refugiados, de que trata a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, 25/03/2020, ed. 58, seção 1, p. 63.

BRASIL, Kátia; ZUKER, Fábio. *Coronavírus: enterro de indígena sem ritual requer diálogo entre lideranças e o Ministério da Saúde, dizem especialistas*. Amazônia Real. 13 de abril de 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/coronavirus-enterros-de-indigenas-sem-rituais-requer-dialogo-entre-liderancas-e-o-ministerio-da-saude-dizem-especialistas/>. Acesso em: 09 de janeiro de 2021.

BRASIL, Kátia; COSTA, Emily. *Crianças Yanomami: Três corpos de bebês estão em cemitério e um no IML de Boa Vista (RR)*. Amazônia Real. 28 de junho de 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/criancas-yanomami-tres-corpos-de-bebes-estao-em-cemiterio-e-um-no-iml-de-boja-vista-rr/>. Acesso em: 09 de janeiro de 2021.

CANAL SAÚDE. *Refugiados, migrantes e covid-19, 01 de setembro de 2020*. Disponível em: <https://www.canalsaude.fiocruz.br/canal/videoAberto/refugiados-migrantes-e-covid-19-bcv-0087>. Acesso em: 25 de dezembro de 2020.

CÁRITAS BRASILEIRA et. al. *Nota técnica da sociedade civil - PL 2699/2020*, junho de 2020. Disponível em: https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2020/06/Nota-t%C3%A9cnica-PL-2699_2020-3.pdf. Acesso em: 27 de dezembro de 2020.

CARVALHO, Diana. *Mulheres formam redes de apoio contra a violência doméstica na pandemia*. 08 de maio de 2020. UOL. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/05/08/mulheres-formam-redes-de-apoio-contr-a-violencia-domestica-na-pandemia.htm>. Acesso em: 19 de dezembro de 2020.

CARVALHO, Sérgio Garófalo de; SANTOS, Andreia Beatriz Silva dos; SANTOS, Ivete Maria. *A pandemia no cárcere: intervenções no superisolamento*. Ciência & Saúde Coletiva. 2020.

CHADE, Jamil. Denúncia na ONU: *Pandemia aprofunda política genocida do governo em prisões*. UOL. 23 de junho de 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/06/23/denuncia-na-onu-pandemia-aprofunda-politica-genocida-do-governo-em-prisoos.htm>. Acesso em: 28 de dezembro de 2020.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). Resolução 35/2020, Medida Cautelar No. 563-20, Membros dos Povos Indígenas Yanomami e Ye'kwana em relação ao Brasil, 17 de julho de 2020. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/2020/35-20MC563-20-BR-PT.pdf>. Acesso em 21 de dezembro de 2020.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. CNJ renova Recomendação nº 62 por mais 90 dias e divulga novos dados. *CNJ*, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/cnj-renova-recomendacao-n-62-por-mais-90-dias-e-divulga-novos-dados/>. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *A pandemia do novo coronavírus e os povos indígenas*. 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/pandemiaeospovos/#acampamentos-retomadas>. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

CIMI; JUSTIÇA GLOBAL; APIB. Ofício JG nº: 025/2020. *Prisão do Cacique Crídio Medina e outras ameaças à integridade do povo indígena Avá-Guarani (PR)*, 11 de setembro de 2020. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Informe_CIDH_pris%C3%A3o-Cacique-Clideo-e-amea%C3%A7as-contr-a-povo-Ava-Guarani.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Recomendação nº 62 de 17 de março de 2020*. Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo. 2020.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS, 2020(a). *Entrevista: os impactos da decisão do STF para a proteção de terras indígenas*, Agência Brasil, 12 de agosto de 2020. Disponível em:

<https://www.conectas.org/noticias/entrevista-os-impactos-da-decisao-do-stf-para-a-protecao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 21 de dezembro de 2020.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS, 2020(b). *Covid 19: Brasil é denunciado na ONU e OEA por "catástrofe" iminente nas prisões*, Agência Brasil, 23 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/covid-19-brasil-e-denunciado-na-onu-e-oea-por-catastrofe-iminente-nas-prisoas>. Acesso em: 19 de dezembro de 2020.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS, 2020(c). *Fechamento de fronteiras com punições desproporcionais pode agravar situação de refugiados*, Agência Brasil, 20 de março de 2020. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/fechamento-de-fronteiras-com-punicoes-desproporcionais-pode-agravar-situacao-de-refugiados-alertam-especialistas>. Acesso em: 25 de dezembro de 2020.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS, 2020(d). *Nota Técnica da Sociedade Civil sobre Portarias nº 120 e 125 referentes à restrição excepcional e temporária de entrada no Brasil de pessoas oriundas de países fronteiriços, exceto Uruguai*, março de 2020. Disponível em: https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2020/03/Nota-Te%CC%81cnica-da-Sociedade-Civil_fechamento-de-fronteira_COVID19_.pdf. Acesso em: 25 de dezembro de 2020.

CONECTAS; JUSTIÇA GLOBAL; MNDH; FIDH. *Carta à União Europeia*, 10 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Carta-Uni%C3%A3o-Europeia-Portugu%C3%AAs.pdf>. Acesso em 11 de janeiro de 2021.

COSTA, Jaqueline Sérgio da et al. *Covid-19 no sistema prisional brasileiro: da indiferença à política de morte*. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 32, e020013, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100412&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

DAMA, Juliana. *Coronavírus chega à Terra Yanomami em RR e infecta 80 indígenas; 'garimpeiros levaram'*, diz chefe de conselho de Saúde. *G1*. 10 de julho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2020/07/10/coronavirus-chega-a-terra-yanomami-e-infecta-80-indigenas-garimpeiros-levaram-diz-chefe-de-conselho-de-saude-em-roraima.ghtml>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

DELFIM, Rodrigo Borges. 2020a. *Imigrantes e refugiados têm direito a auxílio emergencial criado em meio ao Covid-19*, MigraMundo, 3 de abril de 2020. Disponível em: <https://migramundo.com/imigrantes-e-refugiados-tem-direito-a-auxilio-emergencial-criado-em-meio-ao-covid-19/>. Acesso em: 25 de dezembro de 2020.

DELFIM, Rodrigo Borges. 2020b. *Veja como imigrantes em SP podem denunciar negação ao auxílio emergencial e a outros direitos*, MigraMundo. 12 de maio de 2020. Disponível em: <https://migramundo.com/veja-como-imigrantes-em-sp-podem-denunciar-negacao-ao-auxilio-emergencial-e-a-outros-direitos/#:~:text=As%20den%C3%BAncias%20devem%20ser%20dirigidas,Trabalho%20Decente%2C%20vinculada%20%C3%A0%20pasta>. Acesso em 15 de janeiro de 2021.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. *Taxa de Aprisionamento e Déficit de Vagas por Ano*. Período de Julho a Dezembro de 2019. 2020. Disponível em:

<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.
Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

DEPEN. *Composição da população por cor/raça no sistema prisional*. 2019. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiN2ZlZWVmNzktNjRlZi00MjNiLWFhYmYtNjExNmMyNmYxMjRkIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 25 de dezembro de 2020.

FABRINI, Fábio; FERNANDES, Talita. *31% das unidades prisionais do país não oferecem assistência médica*. UOL. 30 de março de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/31-das-unidades-prisionais-do-pais-nao-oferecem-assistencia-medica.shtml>. Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

FELLOWS, Martha et al. *Não são números, são vidas! A ameaça da COVID-19 aos povos indígenas da amazônia brasileira*. IPAM. 2020. Disponível em: <https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/06/NT-covid-ind%C3%ADgenas-amaz%C3%B4nia.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

FONSECA, Pedro. *Bolsonaro diz que Amazônia pode ser "alma econômica" do Brasil*. UOL. 25 de julho de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2019/07/25/bolsonaro-diz-que-amazonia-pode-ser-alma-economica-do-brasil.htm>. Acesso em 16 de janeiro de 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19*. 16 de abril de 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em: 23 de dezembro de 2020.

FORD, Liz. *"Calamitous": domestic violence set to soar by 20% during global lockdown*. The Guardian. 28 de abril de 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/global-development/2020/apr/28/calamitous-domestic-violence-set-to-soar-by-20-during-global-lockdown-coronavirus>. Acesso em: 30 de novembro de 2020.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais Uma análise das condições de vida da população brasileira* 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 25 de dezembro de 2020.

IBDCCRIM et al. *Apelo urgente às Nações Unidas acerca da Situação das pessoas privadas de liberdade no Brasil durante a pandemia de Covid-19*. 23 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Apelo-ONU-Final-1.pdf>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

IDDH - Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos. *Revisão periódica Universal dos Direitos Humanos*. Março – Setembro. Coletivo RPU Brasil. 2020.

INESC. *O Brasil com baixa imunidade*. Balanço do Orçamento Geral da União, 2019. Brasília, Abril de 2020.

JONES-BRADBURY, Caroline; ISHAM, Louise. *The pandemic paradox: The consequences of COVID-19 on domestic violence*. Journal of Clinical Nursing Wiley. University of Birmingham, Birmingham, UK. 2020. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/jocn.15296>. Acesso em: 22 de dezembro de 2020.

JUSTIÇA GLOBAL, 2020a. *Ações da Justiça Global para mitigar os efeitos da Covid-19 no país*. 25 de setembro de 2020. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/fortalecendo-os-direitos-humanos-e-entrando-a-pandemia/>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

JUSTIÇA GLOBAL, 2020b. *Ameaças, ataques e assassinatos de defensoras e defensores de direitos humanos no contexto da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) no Brasil*, Ofício JG nº 12/2020, 22 de Maio de 2020. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Informe-DDHs_Brasil_Covid19.pdf. Acesso em: 11 de janeiro de 2021.

LACERDA, Paula. *Tragédia em curso: Covid-19 se alastra por aldeias indígenas da Amazônia brasileira e pode dizimar povos inteiros*. O Globo. 11 de junho de 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/tragedia-em-curso-covid-19-se-alastra-por-aldeias-indigenas-da-amazonia-brasileira-pode-dizimar-povos-inteiros-24464714>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

LEITÃO, Matheus. *Ódio de Weintraub pelo termo "povos indígenas" contraria a Constituição*. Veja. 23 de maio de 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/matheus-leitao/odio-de-weintraub-pelo-termo-povos-indigenas-contraria-a-constituicao/>. Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

LOFGREN E. et al. *The Epidemiological Implications of In- carceration Dynamics in Jails for Community, Corrections Officer, and Incarcerated Population Risks from COVID-19*. medRxiv. 2020 [preprint].

LOPES, Douglas. *Retrospectiva: direitos humanos em tempos de pandemia*, Conectas Direitos Humanos, 22 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/retrospectiva-direitos-humanos-em-tempos-de-pandemia>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

MARTUSCELLI, Patrícia Nabuco. *Como refugiados são afetados pelas respostas brasileiras a COVID-19?*. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 5, p. 1446-1457, Outubro de 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000501446&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 de dezembro de 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *MPF pede condenação da União e da Funai por discurso de ódio contra indígenas*. 28 de agosto de 2020. Disponível em: www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/mpf-pede-a-condenacao-da-uniao-e-da-funai-por-discurso-de-odio-contra-indigenas. Acesso em: 25 de dezembro de 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. *Perícia em Antropologia no MPF: Primeiras Contribuições no Combate à Pandemia da COVID-19*. Brasília. 2021. Disponível em:

<http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/6CCRPericiaemAntropologia.pdf>. Acesso em: 15 de dezembro de 2020.

MOGWE, Alice et. al. *Priorizar la vida sobre la deuda: Frente al covid-19, se necesita un nuevo pacto social en América Latina*. FIDH. Junho de 2020. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/09/note-derni%C3%A8re-version-AL-COVID754esp-1.pdf>. Acesso em 13 de janeiro de 2021.

MORAES, Ricardo. *Fechamento de fronteira discrimina venezuelanos*, Conectas Direitos Humanos, Reuters, 01 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/portaria-sobre-fechamento-de-fronteira-e-questionada-na-justica-por-discriminar-pessoas-vindas-da-venezuela>. Acesso em: 25 de dezembro de 2020.

OBSERVATÓRIO DIREITOS HUMANOS E CRISE COVID-19. *Boletim informativo nº 1. Junho de 2020*. Disponível em: www.global.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Observatório-DH-COVID19_Boletim-Junho.pdf. Acesso em: 16 de janeiro de 2021.

OLIVEIRA, Sheila. *Uma mulher é morta a cada nove horas durante a pandemia no Brasil*. Brasil de Fato. 10 de outubro de 2020. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/10/uma-mulher-e-morta-a-cada-nove-horas-durante-a-pandemia-no-brasil>. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

ONU, 2010. Conselho de Direitos Humanos, *Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights defenders*, Margaret Sekaggya, 20 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://undocs.org/A/HRC/16/44>. Acesso em: 23 de dezembro de 2020.

ONU, 2020. *Annual report of the United Nations High Commissioner for Human Rights and reports of the Office of the High Commissioner and the Secretary-General*, UN Doc A/HRC/44/NGO/130, 26 de junho de 2020. Disponível em: <https://undocs.org/en/A/HRC/44/NGO/130>. Acesso em 17 de janeiro de 2021.

ONU BRASIL, 2020a. *Banco Mundial analisa aumento de violência de gênero durante a pandemia no Brasil*. 21 de setembro de 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91857-banco-mundial-analisa-aumento-de-violencia-de-genero-durante-pandemia-no-brasil>. Acesso em: 25 de dezembro de 2020.

ONU BRASIL, 2020b. *Durante a pandemia, defensoras de direitos humanos garantem direitos e condições dignas de vida*, Nações Unidas Brasil Notícias, 28 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/106441-durante-pandemia-defensoras-de-direitos-humanos-garantem-direitos-e-condicoes-dignas-de-vida>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

ONU Mulheres. 2020: *o ano das defensoras de direitos humanos – Durante a pandemia da covid-19, defensoras de direitos humanos enfrentam desafios da emergência sanitária e garantem direitos e condições dignas de vida para a população*, ONU Mulheres Brasil, Notícias, 10 de dezembro de 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/2020-o-ano-das-defensoras-de-direitos-humanos-durante-a-pandemia-da-covid-19-defensoras-de-direitos-humanos-enfrentam-desafios-da-emergencia-sanitaria-e-garantem-direitos-e-condicoes-dignas-de-vid/>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.

PASTORAL CARCERÁRIA. *Pastoral Carcerária divulga dados de questionário sobre coronavírus nas prisões*. 2020. Carcerária. Disponível em: <https://carceraria.org.br/combate-e-prevencao-a-tortura/pastoral-carceraria-divulga-dados-de-questionario-sobre-coronavirus-nas-prisoas>. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

PERES, Sarah. *Covid-19: presos vivem em áreas sujas e com falta de produtos de higiene*. Correio Braziliense. 01 de julho de 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2020/07/01/interna_cidadesdf,868512/covid-19-presos-vivem-em-areas-sujas-e-com-falta-de-produtos-de-higie.shtml. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

PRIOLA, Vincenza and Pecis, Lara. *Missing voices: The absence of women from Italy's COVID-19 pandemic response*. Gender in Management. An International Journal. 2020.

RAMOS, Gabriela. *Women at the core of the fight against COVID-19 crisis*. OECD Policy Responses to Coronavirus (COVID-19). Abril de 2020. Disponível em: <http://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/women-at-the-core-of-the-fight-against-covid-19-crisis-553a8269/#section-d1e1834>. Acesso em: 25 de dezembro de 2020.

REDE DE JUSTIÇA CRIMINAL, 2020. *Rede Justiça Criminal exige a adoção de medidas contra a proliferação do COVID-19 dentro dos presídios e unidades socioeducativas*, Rede de Justiça Criminal Notícias, 19 de março de 2020. Disponível em: <https://redejusticacriminal.org/pt/rede-justica-criminal-exige-a-adocao-de-medidas-contr-a-proliferacao-do-covid-19-dentro-dos-presidios-e-unidades-socioeducativas/>. Acesso em: 21 de dezembro de 2020.

RODRIGUES, Barbara. *Os direitos dos povos indígenas no ordenamento jurídico brasileiro*. Jusbrasil. 2014. Disponível em: <https://barbarabrodrigues.jusbrasil.com.br/artigos/148892570/os-direitos-dos-povos-indigenas-no-ordenamento-juridico-brasileiro>. Acesso em: 25 de dezembro de 2020.

SIQUEIRA, Estela Cristina Vieira de et al. *A Pandemia de Covid-19, Direitos Humanos e Refúgio no Brasil*. Cadernos de Pesquisa Direito Internacional sem Fronteiras, Juiz de Fora, v. 2, n. 1, p. 1-34, jan/jun 2020.

TEODORO, Marina. *Acolhimento às vítimas de violência fica nas mãos de ONGs*. 20 de agosto de 2020. Terra. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/acolhimento-as-vitimas-de-violencia-fica-nas-maos-de-ongs,632ae87902f0b951ce6e23bb751fec7ef18grdwj.html>. Acesso em: 17 de janeiro de 2021.

TRANSPARÊNCIA BRASIL; ABRAJI. *Gastos federais para combate à Covid-19 junto a povos indígenas*. Junho de 2020. Disponível em: https://www.transparencia.org.br/downloads/publicacoes/Execucao_orcamento_Covid-19_acoes_indigenas.pdf. Acesso em: 25 de dezembro de 2020.

UNICEF BRASIL, 2019. *Crise migratória venezuelana no Brasil*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em: 21 de dezembro de 2020.

UNODC. *Global study on homicide*. 2018. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/GSH2018/GSH18_Gender-related_killing_of_women_and_girls.pdf. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

VARELLA, Gabriela. *A cada três vítimas de feminicídio, duas foram mortas na própria casa*. O Globo. 02 de março de 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/a-cada-tres-vitimas-de-feminicidio-duas-foram-mortas-na-propria-casa-22450033>. Acesso em: 23 de dezembro de 2020.

VASCONCELOS, Natalia Pires de; MACHADO, Maira Rocha; WANG, Daniel Wei Liang. *COVID-19 nas prisões: um estudo das decisões em habeas corpus no Tribunal de Justiça de São Paulo*. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n. 5, p. 1472-1485, Oct. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122020000501472&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 de dezembro de 2020.

VIEIRA, Kauê. 'E daí?' *Coronavírus avança nos presídios, mata detentos e falta de dados mostra que ninguém parece se importar*. Hypeness, junho de 2020. Disponível em: <https://www.hypeness.com.br/2020/06/e-dai-coronavirus-avanca-nos-presidios-mata-detentos-e-falta-de-dados-mostra-que-ninguem-parece-se-importar/>. Acesso em: 08 de janeiro de 2021.

VIVAS, Fernanda; FALCÃO, Márcio. *Barroso manda governo adotar medidas para evitar morte de indígenas por coronavírus*. G1. 08 de julho de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/08/barroso-determina-medidas-que-governo-deve-adotar-para-evitar-morte-de-indigenas-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 11 de janeiro de 2021.

WORLD BANK. *O Combate à Violência contra a Mulher (VCM) no Brasil em época de COVID-19*. 25 de junho de 2020. Disponível em: documents1.worldbank.org/curated/en/807641597919037665/pdf/Addressing-Violence-against-Women-VAW-under-COVID-19-in-Brazil.pdf. Acesso em: 11 de dezembro de 2020.

ZIZEK, Slavoj. *Coronavirus es un golpe al capitalismo al estilo de 'Kill Bill' y podría conducir a la reinvencción del comunismo*. In: P. Amadeo (Org), *Sopa de Wuhan: pensamiento contemporaneo en tiempos de pandemias* (pp. 21-28). Buenos Aires: Aspo Editorial, 2020.

